

I Simpósio Internacional sobre Educação no Município de Santana

Educação Integral e as Novas Tecnologias

COMUNICAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA: RELAÇÕES E REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Jacks de Mello Andrade Junior
jacksandrade@gmail.com

Eugénia da Luz Silva Foster
eugeniafoster@uol.com.br

Santana (AP), 26 e 27 de outubro de 2017

ÍNDICE

Resumo	03
1 Introdução	04
2 Reflexões sobre o conceito de desenvolvimento	05
2.1 Desenvolvimento social e liberdade	06
3 Comunicação e Desenvolvimento	07
3.1 A Teoria Crítica na comunicação	08
3.2 A Indústria Cultural e a manutenção do sistema capitalista	10
3.3 Jornalismo e as contribuições para o desenvolvimento	11
4 Considerações Finais	16
Referências	17

RESUMO

Entender os fatores envolvidos no processo de desenvolvimento de uma sociedade é essencial para haver qualquer contribuição que o favoreça. Porém, essa não é uma tarefa fácil. Pretendemos, neste artigo, provocar reflexões acerca desses fatores e apresentar as possíveis relações existentes entre Comunicação, Desenvolvimento e Democracia, buscando entender como a comunicação pode influenciar o processo de desenvolvimento em uma sociedade democrática. As informações aqui apresentadas foram obtidas através de pesquisa do tipo bibliográfica, a partir de autores clássicos e autores contemporâneos, com intuito de proporcionar um raciocínio dialógico entre esses estudos. Pretendemos fomentar o pensamento acadêmico para que se volte a essa inter-relação Comunicação/Desenvolvimento no intuito de estimular novos estudos que possibilitem maior entendimento e novas possibilidades de contribuição social a partir das conclusões que venham a ser encontradas. Acreditamos, conforme Espírito-Santo, Oliveira e Ribeiro (2008), que o homem não pode ser visto somente como objeto ao analisarmos o desenvolvimento, mas como ator participativo desse processo dinâmico que envolve diversas relações sociais. Nesse sentido, concordamos com Sen (2000) ao entender que só é possível haver desenvolvimento se forem garantidas as liberdades individuais básicas a cada membro de uma sociedade. E que enquanto a preocupação estiver centrada na produção de riquezas e não na sua distribuição, será impossível haver um desenvolvimento verdadeiro. E, nesse cenário de relações sociais, direitos e liberdades, não podemos negar a estreita relação que existe entre a Comunicação e o Desenvolvimento, reconhecendo sua influência no comportamento das pessoas e na formação da opinião pública (ARAÚJO; ROCHA, 2015). Essa influência pode ser usada a favor ou contra a liberdade da população. E vemos no Jornalismo o canal para garantir que todos tenham acesso ao desenvolvimento, com qualidade de vida, direitos, liberdade e bem-estar. Porém, identificamos ações que podem ser vistas como esforços no sentido de desvalorizar o jornalismo no Brasil. Não podemos inferir que seja intencional, que haja um objetivo por parte do governo, ou de determinado grupo, de enfraquecer as relações sociais e o acesso à informação por parte da população. Mas podemos recomendar atenção e cautela para que isso não venha a acontecer. Vemos na Educação um caminho eficaz no sentido de proporcionar aos profissionais de jornalismo atuais um reforço ou um despertar de consciência sobre a importância e necessidade de sua função social para favorecer o desenvolvimento.

Palavras-chave: Comunicação; Desenvolvimento; Democracia; Educação.

1 INTRODUÇÃO

Entender os fatores envolvidos no processo de desenvolvimento de uma sociedade é essencial para haver qualquer contribuição que o favoreça. Porém, essa não é uma tarefa fácil. Pretendemos, neste artigo, provocar reflexões acerca desses fatores, ainda que de forma não aprofundada, devido à natureza desta pesquisa, e apresentar as possíveis relações existentes entre Desenvolvimento e Comunicação, buscando entender como a comunicação pode influenciar o processo de desenvolvimento em uma sociedade.

As informações aqui apresentadas foram obtidas através de pesquisa do tipo bibliográfica, a partir de autores clássicos e autores contemporâneos, com intuito de proporcionar um raciocínio dialógico entre esses estudos.

É importante informar, para melhor entendimento das discussões propostas neste trabalho, que o autor é jornalista, graduado no ano de 2005, com 10 anos de prática profissional na área, com interesse acadêmico em estudos que proporcionem análise crítica sobre os efeitos da Comunicação na sociedade, bem como sua interação com a área de Educação e os benefícios sociais advindos dessa relação. Desde novembro de 2015, é professor do curso de graduação em Jornalismo na Universidade Federal do Amapá, onde também cursa mestrado em Desenvolvimento Regional, o que motivou a pesquisa sobre as relações aqui apresentadas.

Não pretendemos, de maneira alguma, esgotar qualquer tipo de discussão sobre esse tema, até porque, devido ao dinamismo social que envolve as questões ligadas ao desenvolvimento e à comunicação, nenhuma análise ou discussão nessa seara pode ser considerada definitiva.

Pretendemos, sim, fomentar o pensamento acadêmico para que se volte a essa inter-relação Desenvolvimento/Comunicação no intuito de estimular novos estudos que possibilitem maior entendimento e novas possibilidades de contribuição social a partir das conclusões que venham a ser encontradas.

2 REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento parece ser um termo simples de se explicar ou conceituar, mas, talvez por essa crença, a tarefa de conceituar seja tão complicada para diversos estudiosos da área. Nali Souza (2012) afirma que não existe um conceito aceito para desenvolvimento que é aceito de maneira unânime. A primeira grande questão, segundo o autor, é diferenciar desenvolvimento de crescimento. Uma corrente de economistas mais ligados à teoria considera desenvolvimento como sinônimo de crescimento. Outra corrente, voltada para a análise da realidade empírica, acredita que o crescimento é um fator necessário, mas não suficiente, para que haja o desenvolvimento.

Estes últimos economistas entendem que o crescimento vem da análise quantitativa de recursos, enquanto o desenvolvimento só é atingido se forem considerados, além do crescimento econômico, fatores qualitativos, proporcionando a melhoria da qualidade de vida de toda a população. Dessa forma, para haver desenvolvimento em uma sociedade, é preciso que haja crescimento econômico associado à melhoria em questões sociais, como saúde, educação, emprego, bem-estar, nível de consumo, índice de desenvolvimento humano, dentre outros fatores associados à qualidade de vida (SOUZA, 2012).

A partir do exposto, acreditamos ser mais abrangente e significativa a análise de desenvolvimento como algo além do crescimento econômico, uma vez que de nada adiantaria uma nação acumular riquezas se essas riquezas não contribuíssem para elevar a qualidade de vida de sua população.

Avançando nas reflexões sobre o conceito de desenvolvimento, é importante analisar o fato de que o termo “desenvolvimento” dificilmente aparece isolado em estudos e pesquisas. É comum encontrarmos diversos termos de qualificação ou restrição de sentido acompanhando a palavra “desenvolvimento”. Dessa forma, há formações como “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento humano”, “desenvolvimento regional”, “desenvolvimento local”, “desenvolvimento social”, dentre muitas outras.

2.1 Desenvolvimento social e liberdade

Para a construção da presente pesquisa, é importante trazer o entendimento sobre desenvolvimento social, que, segundo Espírito-Santo, Oliveira e Ribeiro (2008), é um processo dinâmico, de conceituação complexa, redefinida a cada situação analisada, onde os índices sociais e econômicos são tidos como caminhos para se compreender uma realidade em dado momento, mas não figurando-se como único instrumento para análise de uma situação social. Nesse sentido, os autores afirmam que soluções criativas para os problemas sociais apresentados devem ser buscadas coletivamente, uma vez que, para entender o desenvolvimento social, o homem não deve ser visto somente como objeto de estudo, mas como ator participante do cenário social, dinâmico, e em constante movimento.

A partir desse pensamento, entendemos que os índices sociais e econômicos não são suficientes para se analisar ou mensurar o nível de desenvolvimento social de determinada população, sendo necessárias análises de fatores humanos que interferem na formação de cenários apontados por esses índices. É o caso das relações humanas, da influência dos meios de comunicação, dos processos de educação e das formas de discriminação e segregação praticadas por uma sociedade.

Amartya Sen (2000) traz valiosas contribuições a essa linha de pensamento. O autor, reconhecido com o Prêmio Nobel de Economia em 1998, demonstra em seu trabalho uma grande preocupação com a pobreza, justiça, fome, desigualdade social, ética e desenvolvimento. Nesse sentido, o autor postula que:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos, e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2000, p.18)

Sen (2000) afirma ainda que, apesar do aumento global da riqueza, o mundo nega liberdades básicas talvez à maioria das pessoas. Essa privação de liberdade muitas vezes associa-se à pobreza econômica, que impede pessoas de saciarem sua fome, obterem nutrição adequada, adquirirem medicamentos para tratar doenças, vestirem-se ou morarem adequadamente, terem acesso à

água tratada e saneamento básico, por exemplo. Em outros casos, a privação de liberdade se dá pela negação de serviços públicos e assistência social, como ausência de programas epidemiológicos, sistema eficaz de assistência médica, acesso à educação de qualidade, entre outros. Por fim, o autor ainda menciona a negação de liberdades políticas e civis por governos autoritários, além de restrições à liberdade de participação social, política e econômica em uma sociedade.

Dessa forma, segundo o autor, mesmo com crescimento econômico em índices elevados, não é possível atingir um estado real de desenvolvimento sem que essas liberdades individuais sejam garantidas à população. “A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (SEN, 2000, p.23).

3 COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Como exposto anteriormente, para haver desenvolvimento é necessário que sejam garantidas as liberdades básicas dos indivíduos. Além disso, o desenvolvimento social depende das relações construídas entre esses indivíduos, do conhecimento acessado por eles e da percepção que eles têm sobre eles próprios e sobre sua participação dentro de uma sociedade.

Nesse sentido, é importante analisar o papel da mídia na formação da personalidade e no desenvolvimento integral da pessoa humana, identificando os processos que favorecem o poder dos meios de comunicação de massa, além dos perigos inerentes a esse poder para a sociedade (WERTHEIN *apud* CARLSSON, Ulla; FEILITZEN, Cecilia Von, 2002).

Confundindo-se com a ideologia, na medida em que é o principal veículo de sua materialização, a comunicação também insere-se nos processos culturais, tornando-se um dos principais meios, tanto de manutenção quanto de mudanças. Nesta perspectiva é que a comunicação encontra-se profundamente relacionada às mudanças sociais, na medida em que apresenta

um potencial significativo para fortalecer e ampliar os diversos movimentos sociais.

Temos, portanto, nos meios de comunicação social, um grande mecanismo de informação e de formação de opiniões, pensamentos e atitudes sociais. E todo esse potencial pode ser utilizado para promover o desenvolvimento através do incentivo a práticas e atitudes inclusivas e libertadoras, ou para manter a população marginalizada dócil, conformada com as privações a que é submetida pelas classes econômicas que dominam o sistema capitalista.

Nesse contexto, propomos a reflexão sobre as possíveis relações entre comunicação e desenvolvimento sob dois aspectos principais. O primeiro deles levanta as discussões trazidas pela Teoria Crítica na comunicação e as reflexões sobre a Indústria Cultural como formas de se utilizar os meios de comunicação de massa para garantir a passividade das inúmeras pessoas que são privadas das liberdades básicas elencadas por Sen (2000), proporcionando a manutenção de um sistema capitalista que busca o crescimento econômico e não o desenvolvimento verdadeiro da sociedade.

O segundo aspecto da relação entre comunicação e desenvolvimento propõe a reflexão sobre as possibilidades de contribuição do jornalismo para garantir o acesso da população à informação correta e de qualidade, proporcionando a manutenção de seus direitos e liberdades, uma vez que possibilita, através do conhecimento e da mobilização, a participação popular na tomada de decisões.

3.1 A Teoria Crítica na comunicação

Segundo Wolf (2001), a Teoria Crítica teve suas origens com o grupo de investigadores que frequentou o *Institut für Sozialforschung*, de Frankfurt, fundado em 1923. Todavia, com a emergência do nazismo, a Escola de Frankfurt, como era conhecido o Instituto, foi obrigada a fechar, e os seus principais representantes emigraram inicialmente para a França, para, posteriormente, emigrarem para os Estados Unidos. Em 1950, a Escola de Frankfurt é reaberta e retoma os seus estudos e pesquisas, prossequindo “na tentativa de fundir o pensamento crítico nos confrontos com a ciência e a

cultura com a proposta política de uma reorganização racional da sociedade, de modo a superar a crise da razão” (WOLF, 2001, p.82).

Para a Teoria Crítica, os meios de comunicação de massa são instrumentos de reprodução que, na liberdade aparente dos indivíduos, reproduzem as relações de força do aparelho econômico social. “A teoria crítica propõe-se realizar aquilo que escapa sempre à sociologia ou que para a sociologia sempre remete, ou seja, uma teoria da sociedade que implique uma avaliação crítica da própria construção científica” (WOLF, 2001, p.84).

E dentro dessa avaliação crítica, podemos destacar que:

Quando analisa a indústria cultural, a teoria crítica – que denuncia a contradição entre indivíduo e sociedade como um produto histórico da divisão de classes e que se opõe às doutrinas que descrevem essa contradição como um dado natural – exprime, sobretudo, a sua tendência para tratar a mentalidade das massas como um dado imutável, um pressuposto da sua própria existência (WOLF, 2001, p.92).

Segundo Adorno (apud WOLF, 2001), um dos principais representantes da Teoria Crítica, os modernos meios de comunicação de massa conseguem integrar o seu público, por mais indistinto e difuso que ele pareça ser. E isso acontece na medida em que os ideais de formalismo e de conformismo são associados aos romances populares, favorecendo a internalização pelas pessoas de regras e normas do que se deve e do que não se deve fazer. “A explosão de conflitos é preestabelecida e todos os conflitos são meras imitações. A sociedade é sempre a vencedora e o indivíduo não passa de um fantoche manipulado pelas normas sociais” (ADORNO *apud* WOLF, 2001, p.87).

E mesmo que pareça sem importância, esse tipo de mensagem, por ser transmitida de forma subliminar ao público, acaba por reforçar o estado de servidão das pessoas. Dessa forma, através da programação que observa, o observador, sem se dar conta disso, absorve ordens, indicações e proibições, conforme explica Wolf (2001).

3.2 A Indústria Cultural e a manutenção do sistema capitalista

Segundo Matos (1993), o termo “Indústria Cultural” foi empregado pela primeira vez por Adorno e Horkheimer, na obra “Dialética do Iluminismo”, em 1947. Antes disso, utilizava-se o termo “cultura de massa”, que foi substituído por dar a entender que se referia a manifestações culturais populares, nascidas da própria massa.

A realidade da indústria cultural é completamente diferente. Na indústria cultural, os meios de comunicação de massa compõem um sistema que envia mensagens a todo tempo para a população, que as absorvem sem um filtro crítico eficaz, proporcionando um eficiente mecanismo de controle social.

Dessa forma, na indústria cultural, a arte, as ideias e os valores espirituais transfiguram-se em mercadoria. E, mesmo que algumas produções culturais apresentem qualidades que as distingam dos padrões medianos, elas ainda farão parte de segmentos que visam inserir o consumidor na lógica da circulação de mercadoria.

Apesar disso, a indústria cultural não deve ser vista apenas como mais uma modalidade produtiva. Sua formação está relacionada com a alienação dos trabalhadores assalariados, preenchendo o seu tempo de lazer com produtos que apenas lhes dão a ilusão de felicidade imediata, mas que favorecem o consumo intensivo e compulsório, apresentado como caminho para alcançarem realização pessoal. Dessa forma, não permitem que esses indivíduos desenvolvam qualquer tipo de visão crítica da realidade, favorecendo o consumo indiscriminado que sustenta a produção das indústrias espalhadas pelo mundo (MATOS, 1993).

É dentro desse contexto que Adorno (apud WOLF, 2001, p. 36) afirma que, com a indústria cultural, “aquilo a que outrora os filósofos chamavam vida, reduziu-se à esfera do privado e, posteriormente, à do consumo puro e simples, que não é mais do que um apêndice do processo material da produção, sem autonomia e essências próprias”. Isso porque a indústria cultural cria necessidades artificiais na população, através da publicidade, fazendo com que as pessoas busquem no consumo uma forma de satisfazer seus desejos. Dessa forma, os indivíduos deixam de ser *sujeito* e passam a ser *objeto* da

indústria cultural, alimentando constantemente esse círculo de consumo (WOLF, 2001).

Com esse sistema implementado pela indústria cultural, Wolf (2001, p.87) afirma que:

[...] a individualidade é substituída por uma pseudo-individualidade. O sujeito encontra-se vinculado a uma identidade sem reservas com a sociedade. A ubiqüidade, a repetitividade e a estandardização da indústria cultural fazem da moderna cultura de massa um meio de controle psicológico inaudito.

Adorno e Horkheimer (1985, p.114) completam a análise da sociedade a partir da expansão da indústria cultural, afirmando que:

Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. Os dirigentes não estão mais sequer muito interessados em encobri-lo, seu poder se fortalece quanto mais brutalmente ele se confessa de público. Os meios de comunicação de massa não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passa de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem.

Dessa forma, ainda segundo Adorno e Horkheimer (1985, p.123), “a indústria cultural, o mais inflexível de todos os estilos, revela-se justamente como a meta do liberalismo, ao qual se censura a falta de estilo”. E, nesse contexto, o estilo novo a ser adotado é imposto a cada instante pela indústria cultural, fazendo com que as pessoas nunca satisfaçam seu desejo, e continuem, a todo momento, em busca de assumir o novo estilo que está na moda, agindo e se vestindo como os artistas da TV ou como os astros da música pop.

3.3 Jornalismo e as contribuições para o desenvolvimento

Ao contrário do que podemos ver sobre o uso da comunicação de massa e da indústria cultural, o jornalismo tem o papel fundamental de levar informação e conhecimento à sociedade, sem os quais seria impossível a formação da opinião pública e o exercício da plena cidadania, indispensáveis para o desenvolvimento, conforme bem pontuam Araújo e Rocha (2015).

Desde a Idade Média, as pessoas se interessam em consumir informações. A imprensa periódica surgiu no contexto da expansão europeia e da colonização, com o surgimento do primeiro jornal, em 1609, na Alemanha. Na última metade do século XIX, o empreendimento jornalístico tornou-se empresarial e houve a padronização da informação através da “notícia” como conhecemos hoje (LAGE, 2002 e 2007).

De lá para cá, muita coisa mudou quanto aos canais utilizados para a veiculação da notícia, iniciando com os meios impressos, passando pelo rádio, pela televisão e, desde os anos 2000, pela internet. Os hábitos de consumo midiático da população mudam de maneira dinâmica com o tempo. A popularização do acesso à internet torna a rede de computadores uma fonte quase infinita de informações imediatas e de baixíssimo custo para a população, que está cada vez mais conectada, através de computadores, notebooks, tablets ou smartphones. Outros fatores, como interatividade e união de mídias visuais e sonoras em um mesmo canal, fizeram da internet, atualmente, a principal fonte de informação da população brasileira (PEREIRA JÚNIOR, 2010).

Presente no cotidiano das pessoas, o jornalismo é capaz de influenciar uma sociedade com objetivo de manter a harmonia. Através dos ideais que ajuda a difundir, a imprensa pode colaborar decisivamente para a solução de conflitos sociais sem a necessidade do uso da força. Com o poder de inflamar reações populares ou apaziguar situações através da divulgação de informações e análises, o jornalismo é tratado por muitos como “quarto poder”, devido à capacidade de influenciar a opinião pública que, por sua vez, é quem pode legitimar ou não as ações dos três poderes constituídos no Brasil.

Com tamanha capacidade de influenciar as decisões em uma sociedade, o jornalismo pode tornar-se um grande empecilho ao desenvolvimento se não for realizado com ética. A Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, criada em 1946, é a entidade que representa os interesses dos jornalistas no Brasil. É também da FENAJ a responsabilidade pelo código de ética desses profissionais, com sua versão atual aprovada em 2007.

O documento (FENAJ, 2007) tem como princípio básico garantir o direito fundamental do cidadão à informação, compreendendo o direito de informar, de ser informado e de poder acessar a informação. O código traz 19 artigos versando sobre o direito à informação, a conduta e a responsabilidade profissional do jornalista, as relações profissionais e de que forma se dá a aplicação de seu conteúdo.

É importante destacar que, segundo o código de ética (FENAJ, 2007), em seu artigo 2º:

[...]

I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas;

II - a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público;

III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

IV - a prestação de informações pelas organizações públicas e privadas, incluindo as não-governamentais, deve ser considerada uma obrigação social;

V - a obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação, a aplicação de censura e a indução à autocensura são delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante.

Ao analisarmos todo o conteúdo do código de ética dos jornalistas brasileiros, fica evidente que o jornalismo é uma profissão de responsabilidade incomum, diretamente ligada à manutenção de direitos básicos e garantias de liberdade para a população. A ética do jornalista precisa estar presente a cada momento de seu trabalho, desde a decisão do assunto que irá investigar até na busca da imparcialidade e isenção na construção da matéria que será publicada. E o referido código pontua essa responsabilidade de maneira bem clara, ao afirmar, em seu artigo 4º, que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, deve pautar seu trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação” (FENAJ, 2007).

Cabe ao jornalista decidir que informação será ou não de conhecimento público. Orientações sobre critérios de noticiabilidade (LAGE, 2002) auxiliam o jornalista nessa tarefa, uma vez que buscam apontar as características que um

fato precisa apresentar para despertar o interesse público e ser divulgado. Cabe ao jornalista divulgar o que possui interesse social, mesmo que não agrade a uma determinada corrente ideológica, ao jornalista ou à própria população (ARAÚJO; ROCHA, 2015).

Para tornar ainda mais clara a relação existente entre jornalismo e desenvolvimento, sobretudo com relação à garantia das liberdades individuais apontadas por Sen (2000), o código de ética dos jornalistas brasileiros, em seu artigo 6º, inciso XI, ainda afirma que é dever desse profissional, dentre outros: “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias” (FENAJ, 2007).

Nesse sentido, Araújo e Rocha ainda complementam que:

[...] o jornalismo possui uma relação de deveres com a sociedade e por isso não pode ignorar o senso de coletividade em suas decisões, caso contrário as matérias serão pautadas de acordo com a necessidade do profissional ou do veículo em que trabalha. O jornalismo, sem levar em consideração os preceitos éticos, pode ser uma ferramenta perigosa, principalmente quando seu papel na sociedade chega a ser classificado como o ‘quarto poder democrático’ (ARAÚJO; ROCHA, 2015, p. 250).

Os profissionais do jornalismo, ao passarem pelo curso de graduação, passam a ter ciência da responsabilidade que possuem no desempenho de seu papel social. A busca constante pela imparcialidade e impessoalidade na transmissão dos acontecimentos, mesmo sabendo que é impossível alcançá-las completamente, não pode ser esquecida nem por um instante pelo jornalista, podendo colocar em risco o desenvolvimento de toda uma sociedade a partir da privação de suas liberdades. Em um cenário onde a busca por acúmulo de riquezas precede a preocupação com o bem-estar de uma população, é fundamental que o jornalista seja consciente e exerça sua função.

Nessa realidade, o papel do jornalismo se torna ainda mais importante, por ser uma das únicas ferramentas com capacidade de fomentar debates e mobilizações em prol de transformações que nossa sociedade tanto necessita (ARAÚJO; ROCHA, 2015, p. 252).

Como ferramenta capaz de influenciar as decisões e as relações sociais, a Comunicação – e o jornalismo como parte desta – mostra-se diretamente

relacionada com o desenvolvimento de uma sociedade. Como pontua Sen (2000), para haver desenvolvimento, é fundamental que haja democracia, com liberdade de expressão e sem a existência de censura.

Nesse cenário, o jornalismo desempenha o papel de fiscalizador do Governo, sendo os olhos e ouvidos da sociedade. Alterações políticas, econômicas, jurídicas ou sociais são levadas ao conhecimento público quase que instantaneamente devido à velocidade de divulgação das informações a partir das tecnologias atuais. Informada, uma sociedade é capaz de mobilizar-se contra ou a favor de determinada decisão que, sem essa participação do jornalismo, poderia interferir no destino da população sem seu próprio conhecimento e participação.

Sem essa liberdade democrática, o jornalismo não poderia contribuir para o desenvolvimento efetivo da sociedade. Pelo contrário, em um ambiente de censura, o papel do jornalismo seria somente o de legitimar as ações positivas que o governo permitisse que fossem divulgadas. A história brasileira nos apresenta exemplos marcantes de períodos como esse, suficientes para entendermos a importância do jornalismo livre e ativo no cumprimento de seu papel social para que haja desenvolvimento.

É preocupante destacar, nesse sentido, o processo de desvalorização pelo qual vem passando a profissão de jornalista no Brasil. Ao analisarmos os projetos pedagógicos dos cursos de jornalismo no país, percebemos uma tendência cada vez maior de qualificar o aluno tecnicamente para executar as tarefas básicas de apuração, redação e transmissão de notícias, sem a preocupação de estimular sua percepção crítica e conscientizá-lo de seu importante papel na manutenção de uma sociedade livre (ANDRADE JR., 2004).

Outra ação de grande impacto nesse sentido foi a decisão de suspender a obrigatoriedade do diploma de graduação para o exercício do jornalismo. Desde o dia 10 de janeiro de 2003 não é mais necessário apresentar qualquer qualificação acadêmica para atuar como jornalista no Brasil. Segundo a juíza federal Carla Abrantkoski Rister, quem proferiu a sentença, “a profissão de jornalista não pode ser regulamentada sob o aspecto da capacidade técnica,

eis que não pressupõe a existência de qualificação profissional específica, indispensável à proteção da coletividade” (JUSTIÇA FEDERAL, 2003).

Se esse caminho for seguido, haverá cada vez menos jornalistas conscientes e atuantes no cumprimento de seu dever social, dando lugar para técnicos em difusão de informações, que é o perfil de profissional observado no mercado a partir dessas ações de desvalorização do jornalista no Brasil.

Esse cenário exige cuidado. Pode haver o interesse em impedir a manutenção de um ambiente social livre, onde a população possa ser informada corretamente para tomar posição frente aos assuntos que interferem em seu desenvolvimento.

Sem o jornalismo cumprindo seu papel social dentro da engrenagem da Comunicação, teremos somente os efeitos de dominação social apontados pela Teoria Crítica e pelos estudos sobre a Indústria Cultural. E não podemos permitir que isso aconteça. Se o permitirmos, estaremos possibilitando o surgimento de uma falsa democracia, com uma falsa liberdade de expressão e de informação, e com uma imprensa inócua, incapaz de proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento social do país.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos, neste artigo, contribuir com as discussões acerca das relações entre Desenvolvimento e Comunicação. Acreditamos, conforme Espírito-Santo, Oliveira e Ribeiro (2008), que o homem não pode ser visto somente como objeto ao analisarmos o desenvolvimento, mas como ator participativo desse processo dinâmico que envolve diversas relações sociais.

Nesse sentido, concordamos com Sen (2000) ao entender que só é possível haver desenvolvimento se forem garantidas as liberdades individuais básicas a cada membro de uma sociedade. E que enquanto a preocupação estiver centrada na produção de riquezas e não na sua distribuição, será impossível haver um desenvolvimento verdadeiro.

E, nesse cenário de relações sociais, direitos e liberdades, não podemos negar a estreita relação que existe entre a Comunicação e o Desenvolvimento,

reconhecendo sua influência no comportamento das pessoas e na formação da opinião pública (ARAÚJO; ROCHA, 2015). Essa influência pode ser usada a favor ou contra a liberdade da população. E vemos no Jornalismo o canal para garantir que todos tenham acesso ao desenvolvimento, com qualidade de vida, direitos, liberdade e bem-estar.

Porém, identificamos ações que podem ser vistas como esforços no sentido de desvalorizar o jornalismo no Brasil. Não podemos inferir que seja intencional, que haja um objetivo por parte do governo, ou de determinado grupo, de enfraquecer as relações sociais e o acesso à informação por parte da população. Mas podemos recomendar atenção e cautela para que isso não venha a acontecer.

Vemos na Educação um caminho eficaz no sentido de proporcionar aos profissionais de jornalismo atuais um reforço ou um despertar de consciência sobre a importância e necessidade de sua função social para favorecer o desenvolvimento. Nesse sentido, voltaremos nossos estudos para analisar as possibilidades que a Educação oferece à Comunicação e ao Desenvolvimento, tomando este material como ponto de partida.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ANDRADE JR., J. M. *Educomunicação: refletindo o perfil do educador em Minas Gerais*. 42 f. Monografia (graduação) - Bacharelado em Comunicação Social, Universidade Federal de Viçosa, 2004.

ARAÚJO, V. T.; ROCHA, L. V. "Jornalismo e Desenvolvimento: Uma breve reflexão teórica". In: CANÇADO, A.; PINHEIRO, L.; RODRIGUES, W. (orgs.). *Desenvolvimento Regional: Uma discussão interdisciplinar*. Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins / EDUFT, 2015.

CARLSSON, Ulla; FEILITZEN, Cecilia Von (orgs.). *A criança e a mídia: imagem, educação, participação*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

ESPÍRITO-SANTO, P.S. M. F.; OLIVEIRA, P. T.; RIBEIRO, D. F. "O conceito de desenvolvimento social sob a ótica do pensamento complexo". In: *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Sistemas – Centro Universitário de Franca Uni-FACEF*

– 29 e 30 de outubro de 2008. Disponível em:
<http://legacy.unifacef.com.br/quartocbs/artigos/D/D_160.pdf>. Acesso em: out. 2016.

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. *Código de ética dos jornalistas brasileiros*. Vitória – ES, 2007. Disponível em: <<http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros.pdf>> Acesso em: out. 2016.

JUSTIÇA FEDERAL, Tribunal Regional Federal da 3ª Região. *JF sentença ação civil pública dispensando diploma para exercício da profissão de jornalista*. Publicado em 10 de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/273621>> Acesso em: out. 2016.

LAGE, Nilson. *Estrutura da Notícia*. São Paulo: Ática, 2002.

LAGE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

MATOS, Olgária C. F. *A escola de Frankfurt: Luzes e sombras do Iluminismo*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de J. *Desenvolvimento econômico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 6. ed., 2001.